

Rosa Monteiro

Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

Todos os dias são colocadas barreiras às pessoas pelo seu sexo, raça, etnia, idade, religião, orientação sexual ou identidade de género, deficiência, meio socioeconómico. O local onde nascemos condiciona a nossa liberdade e bem-estar, sobretudo no plano das relações sociais de proximidade e do acesso aos serviços. Mas essas não são barreiras intransponíveis.

A mediação das relações interpessoais e intergrupais tem provas dadas na melhoria do acesso das pessoas e das comunidades aos seus direitos de cidadania. A sua eficácia é acrescida em contextos culturalmente diversificados, sendo a mediação intercultural uma importante via para melhorar a comunicação e a relação. Quem a faz, faz relação, constrói empatia e coesão.

As intervenções de mediação intercultural em Portugal têm já história. Dela se destacam organizações pioneiras da sociedade civil, como a Pastoral dos Ciganos, a Associação Cultural Moinho da Juventude ou a Associação Olho Vivo.

Na política pública, a mediação intercultural tem sido uma metodologia estratégica do Alto Comissariado para as Migrações há já uma década e meia. Tem sido implementada nos Centros Nacionais e Locais de Apoio à Integração de Migrantes e em serviços públicos essenciais (saúde, educação, segurança social).

De forma a expandir e garantir a sua implementação e assimilação por responsáveis políticos/as locais, criámos, em 2018, financiamento para a constituição de Equipas Municipais de Mediação Intercultural que intervêm com comunidades migrantes e comunidades ciganas (ao abrigo das quais temos atualmente 42 mediadores/as em todo o país), e através dos grupos de ação comunitária do Programa ROMED, uma iniciativa do Conselho da Europa implementada pela associação Letras Nómadas, atualmente incorporada nas medidas de política pública de intervenção com e para as comunidades ciganas.

O nosso país tem, assim, um capital de competências e de experiência das e dos mediadores ciganos e migrantes que têm assegurado esta comunicação entre pessoas e profissionais, melhorando a resposta dos serviços públicos às reais necessidades das comunidades, e prevenindo situações de tensão social. Temos apostado claramente no fortalecimento deste capital, designadamente dando continuidade e escalando a intervenção mediadora no país, com coordenação do Alto Comissariado para as Migrações.

Aprofundar e otimizar as práticas de mediação requer investirmos igualmente na investigação, no aprofundamento conceptual, formativo e metodológico da mediação. Esta aposta tem sido assegurada com a dinamização da RESMI – Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural, cujos membros são autores e autoras de muitos dos textos aqui apresentados.

Em boa hora lançamos este número temático da Revista Migrações, um importante olhar sobre as várias formas, contextos e desafios da prática mediadora. Que novidade traz a mediação aos desafios de integração de pessoas refugiadas no nosso país? Quais os ganhos para os territórios e as comunidades da intervenção mediadora? Que novas competências são criadas pela mediação intercultural na saúde?

É fundamental estimular a discussão crítica sobre esta prática nos vários contextos e sobre a adequação e eficácia das medidas de política pública neste domínio.

Mediar é atuar em situações de injustiça, em situações de racismo ou qualquer outra forma de discriminação, em situações de incomunicação ou conflito, em sociedades e territórios que já não se conhecem se não na diversidade. A mediação veio para ficar. Façamo-la bem.